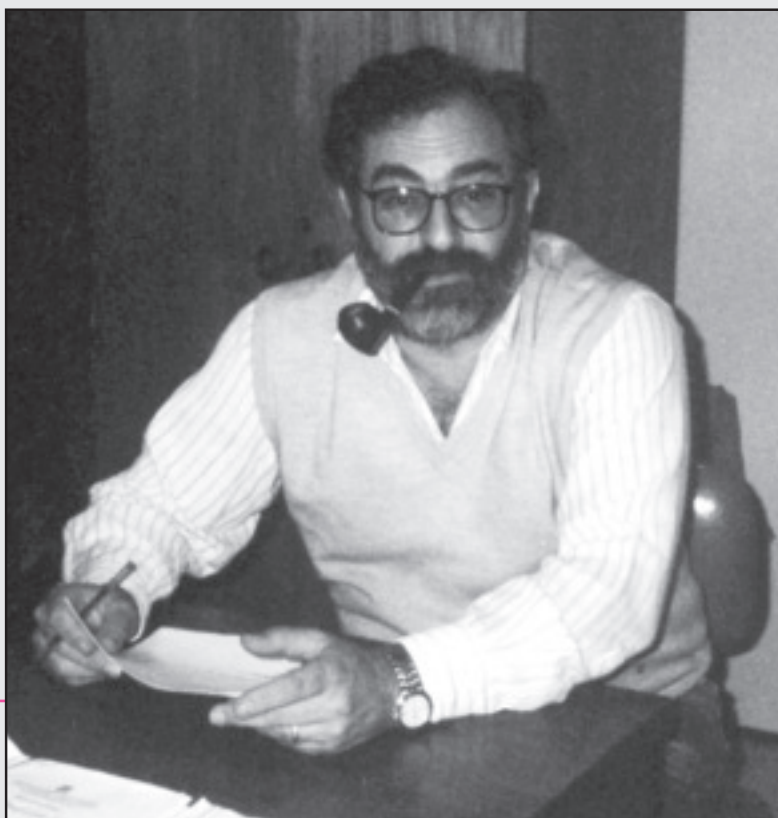




José Paulo Netto

por Antônio Ponciano Bezerra
e Janete Luzia Leite***

Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intelectual medularmente vinculado à tradição marxista, José Paulo Netto se define como um professor, um trabalhador dos livros.

Autor de vários livros, textos e artigos na tradição marxista, bem como no Serviço Social.

Dono de um raciocínio perspicaz e uma loquacidade ímpares, José Paulo Netto nos fala dos sinais emitidos pelo novo governo e traça projeções para o cenário brasileiro, no qual será fundamental a organização dos trabalhadores.

Universidade e Sociedade (US) - *Para começar, uma breve descrição de sua militância política e de seu trabalho intelectual.*

José Paulo Netto (JPN) - Eu sou assistente social e, além disso, fiz o Curso de Letras, fiz uns cursos aí, ao longo da vida. Tomei-me professor universitário em 1972, como professor de uma ESS (Escola de Serviço Social) que estava em processo de incorporação a uma Universidade - hoje a ESS, da UFJF. Sempre dei aulas - comecei a vida dando aula em cursinho e em colégio por causa da minha formação em Letras. Trabalho desde 1969. Em 1975, tive que sair do Brasil e retornei em finais de 79. Não voltei em tempo integral para a Universidade - me vinculei à PUC-SP onde dei aulas no Curso de Serviço Social na Graduação - depois fui para a Pós-Graduação, em São Paulo. Doutorei-me em Serviço Social, em 1990. No período em que estive no exterior, trabalhei como docente no Instituto de Serviço Social de Lisboa e no Instituto Superior de Economia de Lisboa. Nos anos 80, voltei para o Brasil e fui fazer política e estive lateralmente na Universidade, na primeira metade dos anos 80. A partir de 86, voltei para o trabalho sistemático na Universidade - me tornei professor da PUC-SP, na Pós-Graduação. Vim para o Rio de Janeiro como professor convidado, em 1987; em 88, fiz concurso e, em 92, fiz concurso para Professor Titular - sou Professor Titular desde 92, portanto. Larguei outros compromissos e trabalho aqui fundamentalmente. Eu entrei para o Partido Comunista em 1963 - PCB, Partido Comunista Brasileiro - e foi o único partido ao qual eu pertenci, ao longo da minha vida. Fiquei nele até janeiro de 1992, quando ele se transformou nessa legenda de aluguel que está aí, que é o PPS - e evidente eu não tenho nada a haver com isso, desde

então, não tenho nenhuma atividade partidária. Mas tenho atividade política, ou seja, estou sempre fazendo palestra e contribuindo com todos os partidos de esquerda - os companheiros do PT, os companheiros do PC do B, os companheiros do PSTU... Eu hoje não tenho militância partidária, mas continuo sendo um marxista, ou seja, ainda não sou pós-moderno; sou muito antigo, muito atrasado. Minha vida intelectual é muito modesta. Devo ter publicado, mais ou menos, uma dezena de livros. Na área do Serviço Social, tenho uma intervenção, mais ou menos, contínua em revistas especializadas; tenho dois livros que, de alguma maneira, são a minha contribuição ao debate do Serviço Social *estrito senso*. O primeiro chama-se *Ditadura e Serviço Social*, que é uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Tem um outro livrinho chamado *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* e, na discussão do marxismo, tenho dado a minha modestíssima contribuição através de uma série de livros de divulgação - trabalhei muito com livros de divulgação - daquela coleção *O que é Marxismo?*, *O que é Stalinismo?*. Mas também organizei algumas antologias de nível acadêmico - aquela série que o Florestan Fernandes dirigia para a Editora Ática - preparei o volume sobre Luckács, o volume sobre Engels... sou um modesto trabalhador intelectual. Estou sempre presente no debate através de revistas especializadas, fiz muitas traduções. Traduzi Marx, traduzi Engels, traduzi Luckács, traduzi Lênin - essa foi uma tradução importante -, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que é uma obra teórica importante de Lênin. Fiz prefácios e introduções para obras de Marx, Engels, Lênin... sou um trabalhador dos livros, sou um professor. Não sei até quando vão me deixar ser, mas isso aí nós vamos ver.

US - *Quando aconteceu essa transformação do PCB em PPS, o senhor não teve nenhuma simpatia, ou teve alguma razão especial para não seguir nenhuma das outras legendas?*

JPN - Eu fiquei velho, mas conservei muitas - não as minhas ilusões - mas as minhas idéias de juventude. Sou um comunista - com tudo o que esta palavra significa - de origem marxista e o que eu via na esquerda brasileira, no final dos anos 80, era a necessidade de repensar, no Brasil, o papel de um partido comunista, um partido que não tivesse medo de dizer o que queria. O movimento comunista - e isso não é novidade - estava numa crise mundial - que não era nova - e essa crise também se refletia no Brasil. Eu estava convencido - eu e outros companheiros, em 92 - que era preciso chamar um grande debate de todos os comunistas, estivessem eles onde estivessem. Não foi possível fazer isso. No Congresso em que o Partido Comunista Brasileiro se transformou em PPS, eu e outros companheiros apresentamos uma moção - que aqui ninguém prestou nenhuma atenção, acho que ela nem foi discutida - na qual a gente propunha que se abrisse um grande debate nacional para discutir o projeto comunista no Brasil. O que é esse projeto comunista? Como ele toma forma de partido? Eu tenho muita simpatia pelas propostas estratégicas - tática é outra conversa - do PC do B, por aquilo que restou com o nome PCB - que é um grupo de dedicados combatentes, mas é um grupo pequeno - e tenho um bom diálogo com alguns companheiros do PSTU. Mas eu não me filiei a nenhum desses partidos porque acho que nós precisamos repensar tudo isso. Embora eu tenha uma firme posição quanto ao futuro de defesa do comunismo, a mim me parece que a questão da forma partidária tem que

ser amplamente discutida. Você deve estar me perguntando quanto ao PT, no fundo. Olha, eu tenho muita simpatia por propostas do PT, sempre respeitei muito algumas lideranças do PT; sobretudo, sempre me chamou a atenção a origem - a extração social originária - do PT. Na década de 90, votei PT - não votei de cima a baixo, mas votei no Lula... no 2º turno, de 89 para frente, sempre votei no Lula, como votei agora -, mas sempre olhando com uma certa cautela. Até porque eu acho que o PT tem componentes socialistas, componentes muito avançados, mas tem componentes de outra natureza - pelos quais eu tenho muito respeito, muita simpatia -, mas eu não me identifico com nenhum desses partidos que estão aí. Mas não pretendo ficar órfão por muito tempo. Eu costumo dizer que estou em disponi-

tão radicalmente democrática seja que vai superar a questão da democracia - porque vai realizá-la - e que, ao mesmo tempo, tenha os pés na terra para entender que o processo de criação de uma nova sociedade, no Brasil, é muito difícil - enfrenta obstáculos de monta e magnitude que a gente nem sempre avaliou corretamente - e que isso não configura só um problema nacional; é um problema internacional. O socialismo ou é um projeto internacional - mundial - ou está fadado a repetir tristes experiências do passado, que nem por isso deixam de ter valor. Eu não sou daqueles que acham que a experiência do socialismo real já era, que bom que já foi embora... Acho que ali há conquistas

que e tudo o que Fernando Henrique representava. Nesse sentido, mais importante - penso eu - que a vitória do Lula, foi a derrota da continuidade de um projeto econômico-social que aliena a soberania, que empenha o país e que tende a produzir aqui uma sociedade com todas as características deletérias do capitalismo contemporâneo e sem nenhum dos ganhos sociais da história do capitalismo. Então, sob este aspecto, eu acho que a vitória do Lula e a derrota - é preciso insistir nisso - a derrota do continuísmo, da continui-

dade, marcam uma inflexão na história política brasileira. O fato de a massa do povo se reconhecer num candidato de origem popular, de extração operária, penso eu que é da maior importância na história política brasileira.



O PT tem componentes socialistas, componentes muito avançados, mas tem componentes de outra natureza - pelos quais eu tenho muito respeito, muita simpatia -, mas eu não me identifico com nenhum desses partidos que estão aí. Mas não pretendo ficar órfão por muito tempo.

bilidade; estou doido para entrar num partido. Porque acho que, com todos os problemas que a forma partidária tem, um homem sem partido é um homem que pode contribuir muito pouco. Nós devemos estar em partido político; eu me sinto muito mal estando, há praticamente dez anos, sem uma inserção partidária. Sou um homem de partido e estou muito mal... eu me sinto muito incomodado não tendo uma militância partidária. Acho que isso reduz muito a sua possibilidade de contribuir com alguma coisa. Eu acho que esse quadro partidário vai mudar muito, a médio prazo - a curto não - a médio prazo. Vamos ver se aí eu entro num partido que tenha as seguintes características: que diga e trabalhe por uma sociedade sem exploração do trabalho pelo capital, uma sociedade que

sociais extraordinárias que se perderam. O mundo não ficou melhor depois da queda do muro; muito pelo contrário, ficou pior, com mais riscos, com mais monstruosidades. Agora, penso que nós vamos ter que recomeçar tudo de novo.

US - Na sua opinião, professor, como se encontra hoje o Brasil?

JPN - Eu estou convencido que os atos eleitorais de 06 e 27 de outubro de 2002 representaram, do ponto de vista político, um enorme avanço. Acho que a derrota do Serra - independentemente da figura proba do Serra, da figura honrada do Serra, da figura séria do Serra - a derrota do Serra significou um rotundo NÃO da população brasileira aos projetos que, durante oito anos, foram enfiados goela abaixo do povo brasileiro por Fernando Henri-

Eu disse aqui - em sala de aula e em palestras - que, na minha vida, eu vi o povo brasileiro sorrir com a política - não é sorrir da política - muito poucas vezes, pouquíssimas vezes. Uma dessas vezes, talvez a mais emocionante tenha sido das duas vitórias eleitorais da coalizão centralizada em torno do PT, em torno da figura do Lula, em outubro de 2002. Evidentemente, eu sei - eu e todos nós sabemos - que aquela vitória foi uma vitória político-eleitoral. Sobretudo, foi uma vitória eleitoral que permitiu o acesso ao governo - não necessariamente ao poder - de uma nova equipe dirigente, num governo de coalizão, num governo amplo - a própria frente que elegeu o Lula é uma frente heterogênea do ponto de vista partidário - não foi feita uma revolução nesse país. Ninguém - ou, pelo menos, eu - não tinha nenhu-

ma dúvida de que o período de governo do Lula será um período de muitas lutas, de muita negociação, de muita ida e vinda, de muita concessão... isso para mim é mais ou menos inevitável.

Não penso que o governo Lula tenha qualquer compromisso socialista, nada disso. O compromisso é outro: o compromisso com a justiça social, com a equidade, com o desenvolvimento etc. Mas uma coisa me era



os indicativos mais consistentes que nós temos é de que o PT ganhou as eleições, outros parceiros, outras pessoas chegaram ao governo, mas há uma plena e inteira continuidade - ple-

na e inteira continuidade - daquilo que era o projeto que se pretendia reverter. A orientação macroeconômica - ninguém quer que os juros caiam da noite para o dia porque seria loucura, ninguém quer que se dê

to de vista político, você goza hoje de liberdades democráticas, você pode botar a boca no mundo invocando as promessas e as palavras de campanha que foram feitas, os compromissos todos... mas vejo uma inteira - pelo menos até agora - uma inteira continuidade com o governo anterior. Sequer pontos expressivos da política brasileira são desse governo. Uma política externa que não é alinhada automaticamente com Washington, isso não é do Fernando Henrique, nem do Lula; é do

O PT, mas a cúpula do PT, aquela que está no governo - está realizando, com invulgar pertinácia, tudo aquilo que Fernando Henrique não conseguiu. E o que é mais grave: dizendo que eles mudaram. O Presidente da República diz que na oposição se faz bravata; é de se supor que ele seja um ex-bravateiro.

clara: é que a vitória dessa ampla frente democrática, centralizada pelo PT - partido que tinha origens de esquerda, origens populares - seria um claro indicador da reversão dos rumos que o país tomou nos últimos oito anos. Esse foi o discurso - mais do que o discurso - foi o programa do PT, o programa apresentado pelo Lula e pela coalizão de partidos em torno dele. Em janeiro - meados de janeiro - eu escrevi um artigo que publiquei na imprensa, aqui do Rio de Janeiro, no *Jornal do Brasil*, no qual eu falava que o governo do PT - este governo - teria duas almas: uma alma conservadora e uma alma mudancista que era o que imaginava que ia ocorrer, ao longo de quatro anos, com confrontos, com idas e vindas... até pelo legado que recebeu - não apenas do governo Fernando Henrique, mas um legado de décadas, de séculos - como dizia o Florestan: no Brasil, nós não quebramos o estatuto colonial - a revolução burguesa no Brasil se deu incorporando o estatuto colonial e não o suprimindo. Entretanto, o que eu vejo nesses seis meses, é algo que - não se pode julgar um governo por seis meses -, mas todos

calote na dívida pública, na dívida interna e externa, nós sabemos que essas coisas não se fazem assim (eu quero lembrar que nunca fui daqueles que achavam que tinha que dar o calote, partir para uma moratória unilateral) - mas esse foi o discurso do PT durante longo tempo. O fato é que, nesses seis meses, o que se vê é que a direção do PT - não diria o PT, mas a cúpula do PT, aquela que está no governo - está realizando, com invulgar pertinácia, tudo aquilo que Fernando Henrique não conseguiu. E o que é mais grave: dizendo que eles mudaram. O Presidente da República diz que na oposição se faz bravata; é de se supor que ele seja um ex-bravateiro. O senhor Chefe da Casa Civil diz que "eu mudei, e daí?". Como "eu mudei, e daí?" Isso não é uma questão de domínio privado. Se o PT tivesse feito um Congresso - grande ironia, não? Esse não era um partido onde tudo se decidia democraticamente? - para saber se essa era a mudança, se mudou. A sensação que tenho é que o PT percorreu, em meses, o caminho que a social-democracia percorreu em décadas, na Europa. Acho isso muito ruim. Do pon-

to de vista político, mesmo sob a ditadura, a política externa brasileira nunca foi uma política servil. Acho que vão ser feitos alguns avanços, por exemplo, na questão fundiária, acho que este governo é um governo heterogêneo, de forças heterogêneas... Agora, tenho a nítida sensação de que a cúpula do PT que está no governo descolou-se inteiramente, se não daquilo que eram os anseios do PT - e não posso falar disso com segurança porque eu não pertenço ao PT, isso é um problema do PT, não é meu; mas é um problema meu como cidadão brasileiro e como eleitor, para dizer o mínimo - mas como um militante político, embora não partidário, eu vejo com muita preocupação esse quadro. Acho que quem tinha razão era o Sérgio Mota quando disse que o projeto de governo dele era para vinte anos. Independentemente - isso ele não acrescentou, acrescento eu - das figuras que estão lá. Não estou vendo nenhuma sinalização - por menor que seja - de mudanças substantivas. Acho que a orientação econômico-financeira que foi implementada no governo Fernando Henrique é perfeitamente

compatível com o Fome Zero, Bolsa-Dentadura, Bolsa-Sapato, Renda Mínima. É perfeitamente compatível. Não há nenhuma incompatibilidade entre aquele tipo de macro-orientação financeira e a ênfase - aspas - no social. Isso é perfeitamente possível. Até esse momento, o que eu vejo é que o 06 e o 27 de outubro foram dois grandes calotes eleitorais. Agora, eu posso estar enganado. Gostaria de estar enganado, mas essa é a minha percepção agora.

US - Professor, que papel teriam as oposições - se é que há alguma oposição, - hoje, ao governo?

JPN - Nós estamos numa posição fantástica! O PFL é a única oposição que tem aí. Depois vocês têm que dar essa nossa conversa. O PFL botou uns spots na televisão que são umas verdadeiras barbaridades, dizendo o que o MST está ofendendo o direito de propriedade. O PSDB está num mato sem cachorro. Por quê? Porque essa política que está aí é a deles. Qual a oposição? Você não tem oposição. Até o PP - ex-PPB - está solidário com isso aí. Quer dizer: do ponto de vista institucional, parlamentar, isso aí vai ser um trator. Não creio que você tenha qualquer oposição organizada; acho que houve um processo de incorporação... É uma coisa fantástica: a oposição ao Fernando Henrique foi o PT. De fato, o PT foi oposição. Sem minimizar os companheiros do PC do B, do PDT, mas o eixo daquela oposição foi o PT. Agora, na medida em que o governo do PT incorpora todas aquelas bandeiras, com cópias literais - literais -, você tem um quadro que configura uma ditadura do executivo. Note: não é uma ditadura no país, mas uma ditadura do

executivo. E os métodos para ganhar o legislativo estão muito semelhantes aos do Fernando Henrique. O Fernando Henrique desqualificava a oposição; esse governo que está aí desqualifica todo mundo que não concorda com ele, e curiosamente é dentro do PT que a gente nota uma enorme insatisfação. Eu não creio que - aspas - os radicais - porque isso é uma brincadeira: chamar três ou quatro caras que estão reivindicando o programa de radicais - isso aí é a ponta de um iceberg; eu acho que dentro do PT - pelo que posso observar - dentro do PC do B, dentro dos partidos do arco que está aí, tirando o PL - que, cá para nós, o PL não é um partido ideológico no sentido estrito da palavra - acho que deve haver um mal-estar generalizado. Um enorme mal-estar. Agora, não creio que ele tenha qualquer refração, qualquer impacto por via legislativa. Estou convencido que se há alguma coisa para fazer aí é jogar forte no movimento de massas, é jogar forte na ativação sindical. Sem movimento de massa e movimento organizado - não movimento desorganizado, perdido - acho que não se vai conseguir travar nenhuma das deletérias propostas - que, aliás, não são novas, nem são originais, nem são nacionais - que estão aí pontuadas como agenda. Estamos chegando ao ponto de ter que concordar com Fernando Henrique: o governo precisa de uma nova agenda, porque a que está aí é a minha. É verdade. Curiosamente, é verdade. Agora, como reverter isso? Do ponto de vista institucional, acho que vai ser uma luta muito difícil. Vamos ver.

Sem o processo de ativação, de mobilização do movimento sindical, do movimento operário-sindical, do movimento sindical como um todo, a gente vai andar pouco. Curiosamente - e isso pode ser um problema da minha percepção - não estou vendo isso num horizonte a curto prazo, até porque esse é um governo que incorporou muitos quadros da vida sindical. Dá uma olhada no primeiro e no segundo escalão significativos desse governo. Você tem aí uma figura tão importante - dizem, não sei - como o senhor Luiz Gushiken, que vem do movimento sindical. O Ministro da Previdência vem do movimento sindical - esse mesmo Ministro que disse, na semana passada, que, se dependesse dele, a Reforma seria mais radical, é bom anotar isso. Acho muito difícil, porque houve um deslocamento sério - que a gente vai precisar analisar com cuidado - um deslocamento político-ideológico que me parece grave pelo seguinte: porque no passado, você podia dizer que as pessoas que diziam "esqueçam o que eu escrevi" - isso não vale diretamente para Fernando Henrique, mas vale para vários da sua entourage, se corromperam no poder - mas esse não me parece ser o caso dos atuais dirigentes brasileiros. Eu não acho que eles se corromperam, não. Eu acho que eles estão com essas posições porque eles acreditam nisso, o que pa-

ra mim é muito mais grave em termos de pacto. Eu não acho que houve uma corrupção do cara que dizia uma coisa em setembro, outubro, novembro do ano passado e hoje está dizendo outra; para mim, o problema não se põe nestes termos. Eu acho que boa parte - se não a maioria esmagadora desses dirigentes - são honrados e íntegros. E isso é que é o pior.



Estamos chegando ao ponto de ter que concordar com Fernando Henrique: o governo precisa de uma nova agenda, porque a que está aí é a minha. É verdade. Curiosamente, é verdade.

Pela primeira vez, na história republicana deste país, com cinco meses de governo, fala-se em segundo mandato. Pela primeira vez. Aí você vai dizer: é porque a reeleição só é possível agora. Mas agora há um continuísmo declarado.

Ou seja, eles estão acreditando nisso. Eu acho que o quadro brasileiro - do meu ponto de vista - é um quadro preocupante. Veja: o que eu quero dizer aqui é o seguinte: pela primeira vez, na história republicana deste



país, com cinco meses de governo, fala-se em segundo mandato. Pela primeira vez. Aí você vai dizer: é porque a reeleição só é possível agora. Mas agora há um continuísmo declarado. Ninguém está dizendo: um mandato só não dá. Caramba! O que é isso? Isso é muito sério! Os caras estão precisando de um time para consolidar aquilo que vão fazer. Isso a mim me preocupa muito. Por outra parte - e isso eu acho mais sério - na medida em que esse governo - que é um governo cujas origens remotas partidárias estavam na esquerda - fizer uma política que interessa ao conservantismo, que interessa aos setores mais conservadores da sociedade brasileiras, eles não estão se desmoralizando - se eles se desmoralizassem, eu acreditaria que era um problema deles - eles vão desmoralizar a esquerda, e isso sim, é grave. Vão nos desmoralizar pelos próximos cinquenta anos. Todo mundo é igual; Fernando Henrique e Malan tinham razão: só há uma via, não há outra. Isso é muito sério em termos de capital político, em termos de acúmulo político. Eu quero que esse governo dê certo, quero que ele acerte, estou convencido de que o que ele tem feito até agora não vai no rumo de acertar e acho que a conta vai ser uma conta para a esquerda - numa concepção muito ampla de esquerda - vai ser desastrosa. A esquerda, no máximo, vai ser vista como uma honesta

gestora da ordem burguesa. Para isso, eu não preciso de esquerda. Se isso se configurar, se configura um quadro de hegemonia - o PSDB e o que ele representava, perderam a batalha eleitoral, mas ganhou a batalha política. É

uma pena que também, no Brasil - porque não é uma experiência inédita, veja a Europa Meridional, nos anos 80, e, nos anos 90, - é a esquerda funcionando como o gato que tira as castanhas para o macaco da direita. É muito ruim isso. Eu acho um panorama muito difícil.

US - O senhor acha que os Sindicatos e as Centrais Sindicais vão assistir à realização desse governo passivamente?

JPN - Fora do movimento sindical, há que se esperar pouca coisa. Eu continuo achando que o movimento sindical - especialmente o movimento operário-sindical - é vital para você fazer qualquer coisa na sociedade brasileira - qualquer coisa. O que eu quero dizer com isso? Já não se fala mais nisso, mas eu gosto de falar porque sou velho: sem a classe operária e sem os trabalhadores - porque não são a mesma coisa: nem todo operário é trabalhador e nem todo trabalhador é operário - sem eles, não se faz nada nesse país. Contra eles, menos ainda. O problema é que os sistemas de representação sindical hoje passam por uma crise que não é só do Brasil; é do mundo todo. Há uma autonomização das direções sindicais que é uma barbaridade. A história da CUT... a CUT da entrada do século XXI, a CUT de 2001, 2002, 2003 não é a CUT de 89, 90, e

muito menos dos anos 90. Mudou a base social. Veja: o proletariado brasileiro estrito senso, ali da região do cinturão de São Paulo - só para dar um exemplo, do ABC - encolheu. Outras categorias de trabalhadores ganharam peso. Mudou o eixo social, a extração social, e isso não vale só para a CUT. A Força Sindical tenho uma visão muito crítica - e isso não quer dizer que a CUT, para mim, seja celestial, eu teria muitas observações a fazer - mas eu não tenho dúvidas de que o sindicalismo mais à frente, nesses anos, foi o sindicalismo cutista, com todos os problemas que ele possa ter tido - e os teve - , mas foi aquele sindicalismo que, do ponto de vista do combate político, sempre esteve na frente. Eu não sei se eles vão assistir de braços cruzados, mas, até agora, eu não os vi chiarem muito. Quem partiu para a oposição foi a Força Sindical - com o Paulinho - que é uma coisa meio complicada, para dizer o mínimo. Eu estou vendo, com muita expectativa, o posicionamento do movimento sindical. Você não pode esquecer que, num quadro de desemprego e de pauperização, o movimento sindical, necessariamente, vai para a defensiva. A questão da manutenção do emprego se torna uma questão vital e há que entender isso. Não sei como vai ser esse comportamento. Não creio que as bases sindicais vão assistir a isso de braços cruzados, mas não sei qual o poder que elas têm de impactar as direções. O que eu tenho lido de todas essas direções sindicais institucionais é muito ruim.

US - O senhor antes falou - em relação aos sindicatos - desses quadros que estão migrando, estamos

perdendo realmente vários quadros para o governo. Mas o senhor não usou a palavra "cooptação".

JPN - Há aí um processo de cooptação intensíssimo, mas nem tudo é cooptação.

US - *O senhor falou da Força Sindical. Na questão dos Fundos de Pensão, a Força está pari passus com o governo e já tem até o seu Fundo de Pensão montado, esperando só autorização. A partir do momento que se sabe que a CUT teve a força que teve nos anos 80, e agora, a indicação do próximo Presidente da CUT parte do governo, como o senhor vê?*

JPN - Acho muito complicada essa quase identificação. Acho que isso tende a travar o movimento sindical. Saiu um livro de um estudioso muito sério, que é o Paulo Tomulo - é sua Tese de Doutorado -, chama-se, acho - depois posso olhar para dar uma referência mais exata - CUT: da contestação à conformação. É muito interessante porque ele mostra estas metamorfoses. Se será uma Central Sindical monitorada pelo governo, será muito complicado. Agora, não esqueçam de que o movimento sindical neste país é um troço... basta olhar o caso de São Paulo, do Sindicato dos Rodoviários. Houve um processo de mafiosação grande, no movimento sindical brasileiro, promovido quase sempre pela direita, não pela esquerda - é bom que isso fique claro. Mas esse quadro é muito difícil. Este governo, nesses seis meses, trocou a sua base social por uma base parlamentar, que não coincide com a sua base social. Como é que isso vai se ajustar nos próximos meses - eu diria, nos próximos dois ou

três anos - não sei como. Suponho que haverá atritos, haverá conflitos. Mas a redução da política ao plano puramente institucional, à luta puramente institucional, acaba por favorecer a processos de conformação. Para mim, é claro, isso e eu gostaria que isso ficasse enfatizado: hoje, este governo tem - o governo federal - uma base parlamentar que não coincide com sua base social. Como é que isso vai se dar? A massa do povo votou em função de quê? De mudança, mesmo sabendo que não muda em uma semana ou em seis meses, mas ela quer sinais de mudança. Quando você tem um Banco Central dirigido tal como esse está dirigido, com a história de seu Presidente, com o passado de seu Presidente - que é um passado, parece que é limpo, mas o problema não é esse - que está conotado politicamente. Eu brinco dizendo o seguinte: você tem várias maneiras de chegar a Paris. Você pode chegar a Paris indo por Londres, pode chegar a Paris indo pela África do Sul, pode dar volta pelo Pacífico ou pode ir direto. Mas você tem que dizer que quer ir a Paris. Esse governo quer ir aonde? Não é aquele rumo que ele traçou até o dia 27 de outubro; é outro. E eles não estão dizendo isso claramente, a não ser que vocês acreditem num Plano B, ou que isso é tático. Eu estou convencido que não. Estou convencido que é isso que o governo está fazendo; é para isso que ele está sinalizando. Posso ser acusado de pessimista. Não creio que esteja sendo pessimista. Nunca fui contra um pacto social claro; sempre achei que este país precisa de um

pacto social, de uma negociação clara, para dizer o seguinte: nós vamos recuperar o poder de compra dos salários em cinco anos, ou em quatro anos. Mas tem que dizer, caramba! O que não pode é fazer o que está sendo feito do ponto de vista de fidelidade a algumas - note: não são a dogmas, não são a princípios - a propostas políticas. Quando eu falei em calote eleitoral... o povo brasileiro comprou um pacote que tinha como aval de credibilidade a história do Lula e de seus principais companheiros. O que está acontecendo agora não tem nada a ver com aquilo. E não adianta dizerem "nós mudamos". Mudaram quando? Onde é que isso foi discutido? Não sou um radical de esquerda; sou um homem que veio do Partido Comunista Brasileiro. Fizemos alianças, as mais amplas, nunca entramos no esquerdismo - do qual vem o PT: trabalhador vota em trabalhador - vi gente do PT nos chamar de conciliadores, de reformistas. Eu acho que faz parte do jogo político, é assim, o PT precisava se afirmar. Agora, o que parece que era um radicalismo muito forte está se mostrando um radicalismo pequeno burguês de fachada socialista, mas é só isso, nada mais do que isso.

US - *Professor, como ficam os movimentos sociais nisso tudo, sobretudo os mais organizados?*

JPN - Eu não sou movimentista, nunca fui. Acho que o movimento social é importantíssimo, mas partido político é indispensável. Eu sou um velho comunista. Acho que os movimentos sociais funcionam para revi-



Este governo tem - o governo federal - uma base parlamentar que não coincide com sua base social. Como é que isso vai se dar? A massa do povo votou em função de quê? De mudança, mesmo sabendo que não muda em uma semana ou em seis meses.

talizar os partidos políticos, para criar uma agenda que os partidos que têm grandes responsabilidades, incorporam. Mas movimento social é sempre algo que tem um sentido, mais ou menos, particularista e quem pode universalizar a esfera da política é o partido. Mas, como nós somos testemunhas, nos últimos vinte, trinta anos, os movimentos sociais tiveram um papel muito importante nesse país. Forçando partidos, indo além dos partidos, redefinindo os partidos, eu tenho a impressão de que essa dinâmica não vai se esgotar. Agora, tenho a impressão de que esses movimentos vão encontrar barreiras. O mais importante desses movimentos, sem dúvida nenhuma, é o MST; é um movimento orgânico. Pode-se discutir o que quiser, mas é um movimento de abrangência nacional. E é um movimento sério. A semana passada, eu li uma declaração do Presidente da República, em *O Globo*, dizendo o seguinte: a Reforma Agrária vai ser feita, mas que tem que ser feita sem conflito e sem luta. Estava nos jornais, a propósito de umas invasões - ou o que eles chamam de invasões - do MST. Isso me lembrou muito o Antônio Cabrera, quando falava da desideologização da Reforma Agrária, porque era um problema técnico e não um problema ideológico. Um "frisson" corre em minha espinha quando ouço dizer que não tem que ter luta. Tem que ter luta, sim. Eu acho que o MST não está radicalizando; é um movimento sério e espero que ele prossiga na sua luta pela Reforma Agrária, porque, se não tiver movimento, não



O mais importante desses movimentos, sem dúvida nenhuma, é o MST; é um movimento orgânico. Pode-se discutir o que quiser, mas é um movimento de abrangência nacional. E é um movimento sério.

sai. Embora o Ministro responsável por esta área - o Rosseto - é um homem que me parece inteiramente sério e confiável; me parece que é um tipo que não capitulou. Eu não vi, até agora, da parte dele, nenhuma postura que se possa, em princípio, questionar. Parece-me um homem muito sério. É uma das contradições desse governo. Não é a mesma coisa se ter um Rosseto num canto e um Palocci, noutro canto. São coisas diferentes, são qualidades diferentes, são perspectivas diferentes. Eu acho que os movimentos sociais não têm a sua função, o seu papel esgotado, pelo contrário.

US - Professor, voltando um pouquinho ao início de nossa conversa, que avaliação o senhor faz das propostas de Reforma do Presidente? Sobre tudo, as que estão já em andamento?

JPN - Eu quero dizer o seguinte: ouço duas - a Previdenciária e a Tributária. Parece que vem uma outra, a da Legislação Trabalhista. Não sei se vai se reconhecer aquilo que Fernando Henrique já mandou, mas o que me chamou a atenção foi o fato de que os jornais, as folhas - Machado de Assis se estivesse aqui diria: as folhas - as folhas noticiaram que a proposta da Reforma Trabalhista vai ser apresentada à sociedade, na sede da CNI, da Confederação Nacional da Indústria. Isso está nas folhas da semana passada. Se é verdade ou não, não sei, mas me parece que só isso já é emblemático. A Reforma Previdenciária: estou convencido de que é preciso

mexer no Sistema Previdenciário brasileiro; não sou daqueles que defende isso como algo intocável. Eu acho que há uma série de questões novas, que começam desde os problemas de natureza demográfica até as questões atuariais. Não tenho nenhum medo de dizer - falando, por exemplo, de professores universitários. Acho um absurdo um professor universitário se aposentar aos cinquenta anos de idade. Ele está chegando na sua maturidade, acho que ele tem muito mais para dar. Então, é preciso fazer uma Reforma, mas não esta. Essa Reforma vem no bojo de tudo o que este governo está dizendo e fazendo nesses meses. Os contratos com o capital, esses são intocáveis; aqueles que dizem respeito ao trabalho, esses nós podemos descer o malho. Então, não me preocupam aspectos da Reforma Previdenciária. Preocupa-me, é a concepção de Estado e de papel de Estado que está prenunciada e configurada nela. Quero dizer o seguinte: há espaço para plano de Previdência Complementar, desde que seja opcional. Veja se me faço entender: que seja dado ao servidor público o direito de optar. Se ele quiser fazer Previdência Complementar, que o faça, desde que informado sobre o que isso significa. Se ele quiser continuar com o Estado, que continue. Agora, na verdade, o que está embutido aí? A criação de um monumental mercado securitário e é esse o sentido dessa Reforma. O sentido dessa Reforma é criar, para o grande capital privado - nacional e estrangeiro - um enorme mercado securitário. Então, está embutida uma lógica de minimização efetiva do Estado, de colocar o Estado a serviço do grande capital e aprofundar isso, que é visível na proposta de Reforma Previdenciária. No grosso, diria que essas duas Reformas - inclusive a Tributária, estão no seguinte horizonte: os contra-

tos do Estado com o capital, esses são intocáveis. Os contratos do Estado com o grande capital, isso tudo é negociável, flexibilizável. Essa ótica me parece que já estava embutida nas propostas do governo Fernando Henrique. O que é preciso dizer? Isso não é nem a proposta do governo Fernando Henrique; essa é a terapia das agências internacionais. Esse modelo que estão querendo impor, com variações adjetivas, é

lidade de Lula, do PT, e de um bloco que envolvia o PDT - lembre-se, em 89, o PDT, o PCB, o PC do B, no segundo turno. Os setores da oligarquia financeira brasileira são muito competentes; sabem fazer política. Entenderam que um candidato com a cara deles não passava. Em 94, apresentaram quem? Um homem com um passado progressista, democrático, de esquerda, um perseguido da ditadura, um

ALCA vai ser mais afirmativa do que seria com o Serra. Mais afirmativa. Uma abertura para a África - parece que está nos planos, com a União Européia - ou seja, uma política que não é automaticamente alinhada a Washington. Acho que isso está mais visível. Mas atenção, eu insisto: a política de Fernando Henrique nunca foi aliada de Washington, incondicional. Acho que há uma ênfase - no caso da políti-

Vejo, com certo cuidado, uma certa ênfase no trato - do ponto de vista formal - da dívida social, das questões sociais, que não tinha o mesmo sublinhado no governo Fernando Henrique. Mas isso em nada colide com o que me parece o caroço de tudo isso, que é a orientação macroeconômica, que é a mesma. Aliás, não é a mesma; está mais acentuada.

substantivamente a mesma terapia que foi apresentada para a Argentina, para o Uruguai, para a América Latina e para os países do sul da Europa. Dá uma olhada para o que está se passando na França e na Itália. A agenda é a mesma. A proposta não é do PT, a proposta não é do PSDB. Essa é a proposta do grande capital.

US - Professor, a gente já falou um pouco disso, mas gostaria que o senhor colocasse com mais de detalhe, qual o grau de harmonia e de divergências entre o governo e Lula e o de FHC, no aspecto político?

JPN - Começamos dizendo o seguinte: a primeira eleição de Fernando Henrique foi uma eleição em que setores amplamente democráticos e progressistas da sociedade brasileira se viram em Fernando Henrique. Costumo dizer o seguinte: o grande capital, em 1989, sacou que se ele aparecesse com a cara dele, perdia as eleições no Brasil. 89 mostrou o quê? Os candidatos do grande capital, que expressavam os interesses do grande capital, que expressavam a política do grande capital, foram derrotados. Collor não era o candidato das elites. Mas elas jogaram em Collor para deter a possibi-

homem que tinha um discurso mudancista e isso levou a massa da população a votar em Fernando Henrique. A eleição de Fernando Henrique foi aquela máquina brutal de manipulação - tanto que se resolveu no primeiro turno. Essa aliança não agregou nada ao PT - nada - não aumentou nem tirou. José de Alencar está no PL, como podia estar no PMDB ou em qualquer outro lugar. Mas esse bloco é um bloco que veio com um apelo forte de mudança. Não o vejo substantivamente... E o que é substantivamente para mim? É a orientação macroeconômica. Não vejo nenhuma mudança, nenhuma sinalização de mudança. Pelo contrário: vejo que se agregam, sustentando esse governo, aqueles mesmos segmentos que sustentaram, apoiaram e se beneficiaram com os dois governos de Fernando Henrique. Ou seja, é a hegemonia do capital financeiro. Há diferenças? Há. Não há dúvida nenhuma de que a política externa está tendo uma inflexão que acho bastante positiva, no caso da América Latina. Não tenho dúvida disso. Acho, por exemplo, que a relação, o enfrentamento da problemática da



ca externa - uma ênfase maior agora, mas é uma ênfase. Acho que parte do Itamarati, que sempre revelou uma grande autonomia. Não é de hoje. Vejo, com certo cuidado, uma certa ênfase no trato - do ponto de vista formal - da dívida social, das questões sociais, que não tinha o mesmo sublinhado no governo Fernando Henrique. Mas isso em nada colide com o que me parece o caroço de tudo isso, que é a orientação macroeconômica, que é a mesma. Aliás, não é a mesma; está mais acentuada. Veja-se o problema do superávit primário, só para dar um exemplo. O que quero dizer com isso? Estou convencido de que uma determinada orientação macroeconômica abre certas possibilidades de políticas sociais. Note: certas possibilidades. As políticas sociais não são uma derivação imediata da orientação macroeconômica. Mas a orientação macroeconômica é decisiva para a orientação das políticas sociais. Você pode ter Fome Zero, Fome 100, bolsa, o escambau, programas focalizados ou não. Mas uma coisa é clara: com esta orientação econômico-financeira - esta - não há

nem geração de empregos, nem há condições de implementar políticas sociais que sejam, de fato, impactantes na vida da população. Não há. Quando o Presidente da República diz que não tem milagre, que não tem mágica, tinha toda a razão. Agora, isso está na ótica da formulação de uma pessoa importante neste governo que é o Prof. Dr. Cristovam Buarque. Em 1998, no período eleitoral, Cristovam Buarque deu uma entrevista nas Páginas Amarelas da revista *Veja*, na qual dizia o seguinte: Lula pode ganhar a eleição e nós podemos até conservar a equipe econômica - leia-se Malan e mais não sei quem -, porque a política econômica pode ser essa, mas a nossa política social vai ser outra. Não vai ser. Não há substantivas alterações na orientação das políticas sociais, a manter-se essa orientação macroeconômica. Isso para mim é o eixo de continuidade. Ponto. O resto é adjetivo. Agora, há similitudes. A desqualificação de quem discorda. Lembra de Fernando Henrique? É neobobo, é não-sei-o-quê. É a mesma coisa: é radical; mesmo tipo de desqualificação. A mesma coisa. Uma arrogância! A arrogância de Fernando Henrique era explícita. Fernando Henrique é um homem arrogante, é ontologicamente arrogante. Esses aí são conjunturalmente arrogantes. Aquela máscara do Malan é o sorriso do Palocci.

US - *Professor, gostaria que o senhor tocasse mais num ponto que anotei. Nos países desenvolvidos, a Educação, Saúde, Ciência, Tecnologia, Transporte foram investimentos que contribuíram para o aumento da qualidade de vida da população. Por que no Brasil isso é tão difícil? Essas são as áreas preferidas como alvo dos cortes de orçamento e outros cortes.*

Não há substantivas alterações na orientação das políticas sociais, a manter-se essa orientação macroeconômica. Isso para mim é o eixo de continuidade. Ponto. O resto é adjetivo.

JPN - A gente tem que considerar isso de duas maneiras. Em primeiro lugar, se se está pensando - eu creio que sim - na Europa Ocidental, na Alemanha, França, Inglaterra, tem que lembrar que houve um ciclo de desenvolvimento capitalista entre a reconstrução do 2º pós-Guerra até finais da década de 60, em que para usar aquela linguagem do Mandel - se teve uma onda longa expansiva. Isto foi condição, por exemplo, de grandes conquistas e, dependendo da ótica, de grandes concessões - não quero entrar aqui neste debate - mas a constituição, por exemplo, dos Estados de Bem-Estar Social. Hoje - e este hoje é o pós-70 - com mudanças nos padrões de acumulação, o surgimento daquilo que o Mandel ia chamar - não mais de um longo ciclo expansivo do capitalismo - de "um longo ciclo recessivo", essas condições mudam substantivamente. Eu diria que mudaram inclusive nos países cênicos. E mudaram de uma maneira - pensar a reiteração disso hoje no Brasil é muito complicado. Mas acho que há um outro elemento, um elemento que me parece fundamental: o caráter historicamente dependente, a dependência associada das nossas franjas burguesas, da nossa oligarquia financeira aos desígnios dos países cênicos. O que ficou aqui sempre foi migalha, o que ficou aqui sempre foi resto. Você nunca teve um investimento pesado nisso; fora alguns momentos muito localizados na história brasileira, isso sempre foi visto como gasto e não como investimento. Eu diria que sobretudo, o que se tem a partir de final dos anos 80, com essa



retórica neoliberal, é meter a tesoura nos fundos públicos para gastos sociais, mas não nos países cênicos. Aqui. O neoliberalismo é para uso externo. O neoliberalismo tatcheriano - quero lembrar que ela causou um desastre danado na Inglaterra - não acabou com o *National Health*, com o Serviço Nacional de Saúde. Dizer que o Estado de Bem-Estar acabou é um negócio meio complicado. Os investimentos sociais - se olhar os dados da OCDE vê-se que, na Europa Ocidental e na Europa Nórdica, não caíram substantivamente e, em alguns países, até cresceram. A idéia dos cortes é, aqui, para nós. E por quê? Porque é aqui que estão botando dinheiro a juros estratosféricos. Então se tem que cortar para implorar - entre aspas - o pagamento da dívida. Então, nesse sentido é que aqui, não se faz investimento mais; faz-se o possível para custear essa porcaria que está aí, quando não a sucateia ou quando não a privatiza. Por quê? Porque esse investimento, aqui, não é rentável para o capital internacional. Até o fim deste ano, vão espalhar 13 bilhões da dívida. Das reservas de quarenta e tantos, querem fechar reserva com divisas em 30 bilhões. Por quê? Porque 13 bilhões vão ser sangrados. Não há investimento fundamental nessas áreas, por quê? Porque isso seria estancar a hemorragia da dívida. Eu não tenho dúvida de que essa é a questão central. Há outros problemas menores. Essa concepção de que tem que se pagar tudo o que eles lá fora, querem, corresponde uma certa concepção de desenvolvimento tecnológico. Para que desen-

volvimento tecnológico? Compra-se o pacote pronto.

Nenhuma veleidade de - não é independência, autarquia, não é isso - desenvolvimento tecnológico.

De fato, é mais barato comprar o pacote; eles pensam gerir uma sociedade com a lógica do caixa do botequim lá da esquina: é o deve e o haver, aquilo que vai pagar e o que vai sair. É evidente que, com essa lógica gerencial microscópica, é mais barato comprar pacote tecnológico do que constituir uma massa crítica. Eu não tenho dúvida de que esse é o caroço do problema. Para que se ter Universidade e Centro de Pesquisa? Por que se vai investir na pesquisa? Custa caro, vai ter conflito, vai ter projetos industriais... Não tem importância essa porcaria. Tranca-se o Centro de Pesquisa, avilta-se salário de pesquisador, não se renova equipamento.

E não esqueça que se tem um problema, privatiza-se a Previdência: cria-se um mercado securitário excelente. Não precisa nem botar a mão na Petrobrás, já que dá tanto rolo botar a mão na Petrobrás, bota-se a mão noutra coisa.

Aí, das duas, uma: ou o se vai para a empresa privada ou se vai para o exterior. E aí se passa a ter, nas Universidades, verdadeiros escolões. Pode-se até fazer ensino à distância universitário. Desse jeito, não tem investigação, não tem pesquisa, não precisa de investimento. Eu estou convencido de que se começa - o Paulo Renato disse uma vez que era mais barato comprar tecnologia. Então por que vai reiterar a pesquisa aqui? Ela está pronta! Esse troço se adequa, se encaixa: se tem uma tecnologia de baixo custo - o que ela implica de dependência é outra conversa, isso não aparece - mas você vai ter uma tecnologia de baixo custo, vai investir pouco e vai sobrar mais para pagar juros e juros estratosféricos. Tanto da dívida externa quando da

interna. Atenção! Não esqueça que o governo Fernando Henrique - eu não sei se triplicou, quaduplicou ou sextuplicou - a dívida interna. Do ponto de vista efetivo, isso é impagável. Mas eles também não querem receber; só querem receber os juros. E não esqueça que se tem um problema, privatiza-se a Previdência: cria-se um mercado securitário excelente. Não precisa nem botar a mão na Petrobrás, já que dá tanto rolo botar a mão na Petrobrás, bota-se a mão noutra coisa. Agora, a hipoteca disso para o futuro é claríssima, sobretudo num mundo onde o imperialismo norte-americano sequer busca, ao contrário de dez anos atrás, validação em fóruns multilaterais. Para fazer aquele troço, no Kosovo, eles buscaram o mínimo de legitimação; agora mandaram a ONU ao diabo e não se deram nem ao trabalho de levar as armas

as greves que foram declaradas, eu me solidarizei, mesmo não concordando com elas. A última greve - você participou de debates aqui e conhece a minha posição [virando-se para Janete] - eu sou contra greve por tempo indeterminado. Acho que, na universidade brasileira, greve por tempo indeterminado tem resultados muito complicados: a gente sabe quando entra, mas não tem a menor idéia de quando sai. Também acho pouco eficaz aquele tipo de greve "contra o FMI, contra o capitalismo e até a vitória final". O que eu quero dizer com isso? Uma greve numa instituição como a Universidade é diferente de uma greve num setor imediatamente produtivo. Num setor imediatamente produtivo, quando se faz uma greve, pode-se ter um bloqueio da mídia, mas se traz problemas. Uma greve, no setor produtivo, cria problemas porque interrompe flu-

químicas e enterrar lá. O pretexto desapareceu. A discussão hoje, qual é? É o petróleo. Amanhã são os recursos hídricos. Eu quero lembrar que esse país aqui tem 15% dos recursos hídricos superficiais do mundo. Chega? A biodiversidade amazônica. Para isso você mete o Plano Colômbia, para isso você enfia a ALCA goela abaixo.

US - Como o senhor faria uma avaliação do nosso instrumento de luta, talvez o mais eficiente até hoje para o Movimento Docente, que é a greve? Estamos com alguns indicativos de greve, gostaria que o senhor discorresse sobre esse recurso.

JPN - Eu entrei aqui em 87. Todas



xos de produção, atrapalha o movimento do capital. Então, mesmo que seja isolada, do ponto de vista da informação, ela constitui um problema real. Numa instituição como a universidade brasileira, se a mídia não repercute a greve, ela tende a se isolar; tende a ser alvo do conhecimento de estudantes, professores e servidores da universidade. Então, é facilmente batível. Estou dizendo tudo isso para afirmar o seguinte: acho que este é um instrumento fundamental da nossa luta, mas há que tomar três cuidados com ele: 1º) não banalizá-lo; 2º) só partir para ele quando se tiver condição de sustentá-lo; 3º) para mim o mais importante - trabalhar com uma avaliação de conjuntura para saber

como o outro lado vai responder. Nós - desde que eu estou aqui; não quero contar os dois anos que trabalhei antes, em Minas, porque era sob a ditadura e não se fez greve nenhuma - mas todas as greves de que participei, sempre recebi o meu salário. Gostaria de saber como é que nós conduziríamos uma greve se, ao cabo do 35º dia



campi; se ficamos nos campi, estaremos derrotados, até porque, com a imprensa oficialista brasileira - que conhecemos bem - seremos isolados e o Governo Federal vai ser vítima desses vagabundos, desses marajás, desses privilegiados. Não sei se recordam, mas na nossa última longa greve, o que saiu de salário de professor

Sindicato tinha que pagar? Não sei em que deu isso, porque era inviável. Mas de qualquer maneira, era uma chantagem horrível. Mas, por que ele fez isso? Porque estava ali a espinha do que era a articulação da oposição a ele. Nesse momento, o que é a intelectualidade? É o que está "enchendo o saco" deles. Vocês acham que o tratamento vai ser qual? Vai ser de exemplarização. Eu não tenho dúvida disso.

Sob esse governo, greve de professor vai ter um tratamento diferente. Direi mais: vai ter um tratamento pior, porque esses caras precisam demonstrar que são bons moços, que já esqueceram o radicalismo de algum tempo atrás.

de greve, o governo cortasse os salários. Nós não temos Fundo de Greve, não temos tradição de solidariedade - pelo menos desconheço isso, ao menos nos mesmos padrões que conhecemos do trabalhadores do setor imediatamente produtivo - então há de se considerar a conjuntura, antes de pensar em greve. Quero dizer o seguinte: se partimos para uma greve, vou ser, o último homem do mundo a furar uma greve, mesmo não concordando com ela. Vou tentar, nos fóruns adequados, dizer que sou contra. Decretada por um organismo de categoria, não serei eu - pelo contrário, sou muito disciplinado - a furá-la, mas acho que isso tem que ser tratado com muito cuidado. E quero dizer mais: acho que, sob esse governo, greve de professor vai ter um tratamento diferente. Direi mais: vai ter um tratamento pior, porque esses caras precisam demonstrar que são bons moços, que já esqueceram o radicalismo de algum tempo atrás. Posso estar enganado, gostaria de estar. Por isso, acho que devemos encontrar formas contínuas de chatear esses caras; paralisações, reiteradas paralisações. Agora, paralisações que tenham reverberação na rua, tenham reverberação em alianças sindicais. Não podemos ficar nos

absolutamente astronômico, isso tudo voltará. Agora, acho que esse governo corta salário. Agora, temos que obrigar esse governo a mostrar a cara dele. Vou dar um exemplo: esse governo diz que é pela autonomia universitária. Então, temos que exercitar essa autonomia, que eles venham nos dizer que não.

US - Na greve passada, em 2001, nós tivemos salários cortados.

JPN - Quinze dias.

US - Não foram quinze dias, mais de um mês.

JPN - Quero ver esse governo fazer isso: botar o pau na mesa e dizer "não pago". Não pago. Nós fomos a base de apoio deles. Se eles não exemplarizam em nós, vão exemplarizar em quem? Pensa o seguinte: Fernando Henrique com os petroleiros, fez o que a ditadura não fez; botou-os lá para dar porrada. Por quê? Isso é extremamente perverso, cruel, mas do ponto de vista dele, era isso mesmo, porque ali estava a base do que era a sua oposição. Então, bate forte. Foi isso o que ele fez. Tentou quebrar a espinha do movimento sindical. E teve sucesso. Moveu o Judiciário politicamente... lembram daquelas condenações a trezentos e tal de dinheiro por dia que o

Então, quem entrar na greve, não pode entrar aventureiramente; tem que saber o que vai enfrentar. Esse não é o negócio da Alegria, Alegria, Alegria Limitada. Por isso, acho que, antes de ir para a greve, deveríamos trabalhar sucessivas paralisações, que se infemize bastante a vida deles, com uma programação que extravase os campi - não pode ser paralisação para ir para a praia -, tem que ser paralisação para darmos aulas abertas, inventar uma universidade aberta durante a greve. Uma universidade aberta. E tentar ampliar o raio de alianças. Trazer para cá o movimento sindical e ir lá. Fora disso... até pela extração social nossa, que é outra coisa complicada. Até pelo nosso conservadorismo, até pelo pânico de não poder pagar as contas no fim do mês, porque isso para nós é um problema. Eu sou sócio do Olavo Setúbal; nós dois temos um apartamento. Se eu atraso a minha prestação, o cara vem, me cobra... Isso para a pequena burguesia é um desastre, um horror. Então, esse poder de pressão, eles têm. Se a gente sair para uma greve agora? Sabe qual a popularidade do Luiz Inácio Lula da Silva? 70%. Eu estava na Argentina, na primeira semana de abril, na semana imediatamente anterior ao primeiro turno. A

população argentina queria votar no Lula, 56% de intenção de votos no Lula. Vocês acham que vai acontecer o que com a gente? Eles todos são políticos qualificados; aprenderam com Maquiavel "tem que bater durante posse, porque depois esquece". Por isso, essas duas Reformas imediatas; daí essa pressa. Vão ter três anos depois para botar panos quentes. Isso aí não tem nada de acaso, não tem acaso nisso. Está tudo organizadinho. Temos que ter clareza da arapuca que vamos entrar. Se entrar, estarei lá, como sempre estive. Agora, tendo clareza do seguinte: temos que esgotar - ou, pelo menos, treinar - outros mecanismos. Vou contar uma historinha. Na nossa última greve, um militante acadêmico-sindical, que é da Medicina, estava puxando professor para ir às Assembléias, no Auditório do CT. Então, foi atrás de um velho Professor Titular de sua área, um grande conservador, mas de enorme prestígio, foi professor dele. Eles se gostam muito, apesar das diferenças políticas e disse: "professor, é importante para o senhor. Essa greve não é só por salário; é, também em defesa da universidade, que está humilhada, especialmente a UFRJ, com esse Interventor que botaram aqui". E o professor, que gostava muito dele, sabe quem é ele, dizia: "eu te conheço; isso é coisa de comunista. Você está querendo me levar para coisa de comunista". E o outro dizia: "não é, professor; é um movimento saudável". Esse homem conseguiu arrastar o outro para lá. Ele foi, sen-

tou-se e começaram as intervenções. Um dos oradores tomou a palavra e começou a falar da luta dos trabalhadores, que a luta dos trabalhadores vinha desde a Comuna de Paris, passou pela Revolução Socialista de 1917..., o velhinho se levantou, olhou para a cara do outro e disse: "eu não falei que você estava me trazendo para coisa de comunista? Isso não tem nada de universidade; vou-me embora para casa". E se foi. Quando se faz uma greve universitária e, para justificá-la, vai-se lá na Comuna de Paris, não dá. Isso é conversa para convertido, não para quem está ali querendo discutir o salário, os laboratórios. Temos de relacionar isso com o quadro econômico-social, mas de forma que fiquem bem claros o sentido e o significado dessa luta, que é de uma corporação, mas não é necessariamente corporativa; que é particular, mas não é necessariamente particularista. O governo vai passar por cima de nós como um trator. Às vezes a gente tem que ficar mesmo debaixo do trator; faz parte da nossa luta. Mas tem que calcular isso bem. Partir para uma greve, agora... Escuta, quantas pessoas havia no ato do dia 15 de maio, na Cinelândia? Eram 600 a 700 pessoas. Por quê? Vamos parar para pensar; não vamos dizer que a massa é atrasada e ignorante. Não é isso. Por que é na Cinelândia? Quantos campi nós temos? Tem que se levar em conta quem é o professor universitário, e não propor a ele uma luta que é própria de operário. Ele não vai. Ele tem outras expec-



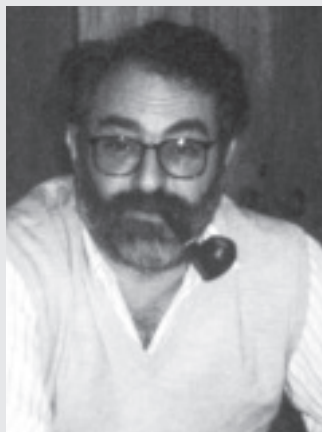
tativas, tem outra inserção sócio-urbana. Nós temos que considerar isso, porque senão vamos querer formas de luta ou avançadíssimas ou atrasadíssimas para um sujeito político que não vai lá. Nós temos que ganhá-lo e não culpabilizá-lo; ele tem que ir sabendo que é importante para ele. Então nós temos que inventar a utilização desse campus aqui; abrir para a população, ir nos velhinhos da Lauro Muller, ali para o morro e fazer atividades, abrir a universidade, dizer o que se passa lá dentro. O pessoal mora ali do lado e não sabe que unidades têm aqui. Vamos utilizar esse equipamento, que é dinheiro do povo brasileiro. Por que só nós? Esse é um troço que eu conversei muito com o Aloísio e que ele está disposto a patrocinar. Esse é um grande equipamento! Isso aqui fecha seis, sete horas da noite, na sexta feira, e acaba. Não tem nada aqui no sábado e no domingo. Um equipamento como esse!

US - *Nós, como sindicalistas, estamos vivendo um período de frustração. Estamos, de certa forma, órfãos, porque o nosso trabalho é um trabalho junto ao Parlamento, que se acha desfigurado. Gostaríamos que o senhor deixasse uma mensagem para nós, nesse momento de apreensão, de ausência de perspectiva, no sentido de um maior alento para o nosso movimento sindical.*

JPN - Eu acho que o que a gente tem - você usou bem - é um desalento, um desconsolo, uma sensação que é uma sensação - não é de que a gente foi enganado - de que a gente se enganou. Quando você sente que outrem te engana, você fica revoltado, você mobiliza a tua reação. Eu acho que o que se passa hoje, com setores democráticos, setores

O governo vai passar por cima de nós como um trator. Às vezes a gente tem que ficar mesmo debaixo do trator; faz parte da nossa luta. Mas tem que calcular isso bem. Partir para uma greve, agora...

progressistas e a esquerda, mas especialmente a esquerda, - num sentimento muito amplo de esquerda - é essa sensação de desalento, de desconsolo e de que a gente se enganou. Não é que a gente foi enganado; é que a gente se enganou. Eu quero dizer o seguinte: nunca tive ilusões com relação ao governo de coalizão - porque esse é um governo de coalizão democrática e não vejo como não tenha que ser, - nunca tive ilusões acerca dos limites do reformismo do PT - e uso reformismo



procurar entender a realidade brasileira. Essa é uma tarefa nossa da qual não podemos abrir mão. Segundo esse é o passo que é fundamental - entender que as dificuldades para desbloquear o caminho das reformas

sociais - notem que estou falando em reformas sociais - mas reformas sociais que tenham um significado capaz de ir além delas. Os obstáculos, as dificuldades são enormes nesse país e, portanto, isso não se faz da noite para o dia, isso não se faz

dos intelectuais brasileiros, numa adaptação que fez da peça do Guarnieri *Eles não Usam Black Tie*, onde o pai diz para o filho: "a vida não é um lago; a vida é um rio. Esse negócio não está parado; esse negócio está andando". A gente tem que ter essa percepção. É por isso que, se sou pessimista, a curto prazo, o meu pessimismo não me leva ao imobilismo e à catatonia, porque sou pessimista com relação a tudo isso é que quero agir, que quero intervir. E sou muito otimista no médio e no longo prazo. O Brasil é muito mais que um país viável. É um país que, viável, será maravilhoso e vai girar com toda a América Latina e vai girar com o

É essa sensação de desalento, de desconsolo e de que a gente se enganou. Não é que a gente foi enganado; é que a gente se enganou. Eu quero dizer o seguinte: nunca tive ilusões com relação ao governo de coalizão.

aqui não com sentido pejorativo -, acho que reformas são importantes e luto também por reformas; a opção para mim não é reforma ou revolução: é reforma e revolução. Acho que há reformas que abrem o caminho para transformações substantivas, na vida social. Há uma sensação de desalento. Esse movimento sindical não é um movimento sindical qualquer, é um movimento sindical docente. A universidade brasileira, com o monte de problemas que ela tem - e não são poucos - ainda é um espaço onde há vida inteligente. Tenho demonstrações diárias de que ainda há vida inteligente na universidade. Cabe a nós, intelectuais - porque é o que somos - três tarefas, nesse momento, que não são novas, mas que ganham importância. Primeiro, continuar a exercer a crítica, a mais radical possível. A crítica teórica, a crítica política, crítica entendida não no sentido de ser contra, mas de procurar entender o conjunto de causalidades,

tendo apenas o governo, do ponto de vista institucional. Então, nós, fazendo e exercendo aquela crítica radical, temos que entender, com clareza, distinguir aquilo que é possível do que é desejável. Não para nos contentarmos com o possível, só; mas para entender que o possível só o é verdadeiramente se tiver uma relação com o desejável. É isso que pode evitar que a gente caia no esquerdismo tolo, no radicalismo verbal ou então na complacência e na cumplicidade. Mas acho que a gente tem que dar um outro passo, que é entender que, na história das sociedades, na história dos povos, na história do Brasil, há momentos de aparente acalmia, nos quais a gente tem a impressão de que está tudo retrocedendo, que está tudo voltando para trás. Mas a gente tem que afinar o olho para entender - e isso é uma passagem da adaptação cinematográfica do início dos anos 80, do Leon Hischmann, um dos mais lúci-

do mundo. Sabe por quê? (Acho que esse é o dilema desse governo, só para voltar a ele) cada vez é mais difícil reformar o capitalismo e, a cada vez, o dilema se põe quando se vai dar um passo: ou o socialismo ou a barbárie. Não tem alternativa. Se a gente vai realizar o primeiro ou mergulhar na segunda também depende de nós. E acho que nós - trabalhadores brasileiros, docentes brasileiros - estamos longe de dizer a última palavra, ainda vamos falar muito. ☒

Entrevista com José Paulo Netto.
Universidade e Sociedade nº 30.
Data: 26 de junho de 2003.
Local: Escola de Serviço Social/UFRJ

***Antônio Pontiano Bezerra** é professor doutor na Universidade Federal de Sergipe, 2º vice-presidente da Regional NE-III do ANDES-SN e editor da revista *Universidade e Sociedade*.

****Janete Luzia Leite** é professora doutora na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1ª vice-presidente da Regional RJ do ANDES-SN e editora adjunta da revista *Universidade e Sociedade*.